

Seminário debate novo sistema financeiro

Plan - Brasil

Parlamentares, economistas e empresários discutiam ontem o atual perfil do sistema financeiro nacional e apresentaram sugestões para a definição de um novo modelo durante o seminário "C Sistema Financeiro Nacional e a Retomada do Crescimento Econômico", que se estenderá até amanhã. Promovido no auditório Petrônio Portella, do Senado, pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, o encontro tem por objetivo debater propostas para a elaboração da Lei Complementar do Sistema Financeiro prevista no artigo 192 da Constituição, segundo adiantou o deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara, na abertura do evento.

Em sua exposição o economista Celso Martone, professor da Universidade de São Paulo, ressaltou que neste momento, repensar o sistema financeiro é importante para dotar o País de uma estrutura institucional que propicie uma nova arrançada para o desenvolvimento econômico. Contudo, ele considera que há outras questões prioritárias. Elas são frequentemente interpretadas como falhas estruturais do sistema financeiro mas, na verdade, são adaptações às condições econômicas que prevalecem no momento, disse o economista.

A remoção drástica e permanente da inflação e dos efeitos negativos que ela provoca no sistema financeiro é um dos pontos lembrados por Martone como prioritários para restabelecer no País uma intermediação financeira forte e sadia. Segundo ele, por mais que se aperfeiçoem os mecanismos de indexação, não é possível proteger o sistema da inflação. "Taxes crescentes e voláteis fazem com que a maturidade dos ativos financeiros seja dividida em períodos de 30 dias ou 24 horas". Como podem os bancos, diante desse escalada inflacionária, cumprir suas funções de intermediar recursos a médio e longo prazos? Indaga o economista.

Os males provocados pelo caos inflacionário não param por aí, frisa o professor, lembrando a queda significativa nos investimentos privados e públicos que afeta hoje a economia. "Em decorrência o Estado, que

está praticamente quebrado, tem que ir ao mercado em busca da poupança interna privada para atender parte de suas necessidades de gastos correntes e a totalidade de seus investimentos", declara, enfatizando que esse fenômeno acaba por exercer uma pressão constante sobre os mercados financeiros.

Para a economista Maria da Conceição Tavares, quando se fala em novo sistema financeiro é fundamental que se pense num Banco Central com independência, transparência e um novo sistema de contas. "Não é possível fazer uma reforma monetária ou bancária ou ainda um saneamento da liquidez, se o BC não tiver também uma caixa de estabilização com um sólido nível de reservas que não possa ser direcionado para a ciranda financeira do open", enfatizou a professora. Martone entende que um BC independente significa uma administração com mandato eletivo, vinculado ao Congresso Nacional e a proibição de que a instituição financeira o Tesouro sob qualquer condição.

"A retomada do crescimento econômico dependerá fundamentalmente da criação de mecanismos de crédito a longo prazo para financiar a produção", afirmou Luiz Carlos Delben Leite, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquina — Abimaq. Já Décio Garcia Munhoz, professor de economia da Universidade de Brasília entende que o papel dos bancos estaduais deverá ser repensado, buscando centralizar sua atuação na região geográfica em que estão localizados e sendo direcionados para que repassem recursos para financiamentos a longo prazo.

Martone sugere que se estude a transformação dos bancos estaduais, que em muitos casos passaram a funcionar como um caixa 2 dos governadores, em bancos regionais privados voltados para impulsionar os financiamentos da produção. "Não se trata de privatizar ou extinguir no vácuo, é preciso pensar em mecanismos para substituir as instituições financeiras oficiais", acrescenta o economista.

IZABEL CRISTINA



Ao lado de Bernardo Cabral e Wadico Bucchi, Martone (D) pediu um novo papel para os bancos estaduais

Febraban acha regulamentação excessiva

O sistema bancário, regulado pela Lei 4596 de 31 de dezembro de 1964, há anos é alvo de propostas de reformas. Leo Wallace Cochrane Jr, presidente da Federação Brasileira dos Bancos — Febraban que ontem durante o seminário "O Sistema Financeiro Nacional e a Retomada do Crescimento Econômico" participou das discussões para definir um novo modelo para o sistema, concluiu que não existe nada intrinsecamente errado com o atual modelo,

embora possa ser aperfeiçoado.

Ele diagnosticou três pontos críticos do sistema: estabilização, descontrôle monetário-fiscal e regulamentação excessiva. Para corrigir essas distorções e disfunções, Cochrane sugere que os princípios que direcionam a Lei Complementar do Sistema Financeiro busquem a regulamentação mínima, a consagração de uma autoridade monetária independente e a isonomia de tratamento entre instituições financeiras ofi-

ciais. O presidente da entidade enfatizou ainda que, a menos que um profundo ajuste seja realizado no setor público brasileiro e que, em consequência o País reencontre seus caminhos de desenvolvimento com relativa estabilidade monetária, a construção de um novo aparato institucional, seja na área financeira, seja em outras áreas, de pouco adiantará, "porque continuaremos vivendo sob o regime de incerteza e instabilidade".